

## DEVER DE MEMÓRIA E USOS DO PASSADO

**Resenha de:** TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar: história, memória e política*. Lisboa, Edições Unipop, 2012, 2ª ed., 196 p. ISBN 978-989-97519-1-0.

**Alan Santos Passos<sup>1</sup>**  
Universidade Federal da Bahia

Originalmente publicado em francês no ano de 2005, intitulado *Le passé, modes d'emploi: histoire, mémoire, politique*, o livro do historiador e cientista político italiano Enzo Traverso – residente na França, professor de Ciência Política da Universidade de Picardia – pode agora ser acessado em língua portuguesa graças à iniciativa do coletivo lisboeta denominado UNIPOP, composto por militantes e acadêmicos agrupados com a finalidade comum de questionar o sistema capitalista como uma forma de compreensão crítica do presente. O coletivo desde 2012 tem publicado traduções de textos de importantes intelectuais contemporâneos como Judith Butler, Gayatri Spivak, Jacques Rancière, Alessandro Portelli, dentre outros. A tradução portuguesa do livro aqui resenhado teve sua primeira edição em janeiro de 2012 e a segunda em outubro do mesmo ano, o que sugere o interesse do público em relação à temática da obra.

Enzo Traverso é um conceituado estudioso de temas contemporâneos polêmicos como o nazismo, holocausto (*Shoah*), antissemitismo, totalitarismos, fascismos, comunismos e guerras mundiais. Temas esses ainda atuais que se entrelaçam com posicionamentos políticos e ideológicos que repercutem na opinião pública e influenciam na escritura historiográfica. Esse pequeno e denso livro, redigido em forma de ensaios, tem como temas centrais as relações entre história e memória, a escrita histórica do passado, as políticas da memória e os usos públicos do passado. O livro desdobra de modo pedagógico essas questões, sempre associando-as a um tema e contexto específicos. Nessa obra o autor pretendeu participar de um debate vasto e ainda em aberto sobre os usos do passado.

A trama central do livro gira em torno de uma constatação do autor de que um discurso memorial, amplificado pelos meios de comunicação e regido pelos poderes públicos, invadiu o espaço público das sociedades ocidentais transformando-se numa

---

<sup>1</sup> Mestrando em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista de mestrado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: [trudesks@gmail.com](mailto:trudesks@gmail.com)

obsessão, uma espécie de “religião civil”. Segundo ele isso pode ser constatado, sobretudo pela banalização da palavra “memória”, da motivação e apoio às diversas formas de comemorações e a valorização – às vezes sacralização – dos “lugares de memória” (p.10). O autor afirma a necessidade e importância de nos interrogarmos sobre as formas dessa obsessão, atentando para as dimensões políticas do ato de recordar e o modo como se constroem memórias oficiais hegemônicas.

O livro é dividido em seis capítulos apoiados em acontecimentos da história do século XX que possibilitam abordar alguns modos de usar o passado como os usos da indústria cultural, dos museus, das políticas públicas e das comemorações. O autor dialoga com uma atualizada e convergente bibliografia sobre a temática, sobretudo a disponível no debate inglês, francês e alemão. Seu objetivo é demonstrar como a constituição do passado é resultado de lutas e relações de poder.

No primeiro capítulo, “História e memória: uma dupla antinômica?”, Traverso reapresenta as discussões de Maurice Halbwachs, Yusef Hayim Yerushalmi (historiador judaico ainda pouco conhecido entre nós e sem tradução para o português) e Pierre Nora para fazer uma síntese do modo como a discussão que opunha memória e história foi integrada no debate historiográfico e ganhou estatuto de importância heurística. Traverso vai além ao demonstrar os perigos dessa oposição radical entre história e memória e propõe considerar a influência da história sobre a própria memória, pois o historiador também contribui para a formação da consciência histórica e, portanto, da memória coletiva. Ele exemplifica essa influência com o depoimento híbrido de Primo Levi, caracterizado como um relato tanto de história quanto de memória, (p.37).

No segundo capítulo, “O tempo e a força”, o autor discute as temporalidades da história e da memória, demonstrando as diferenças de perspectivação na maneira de conceber o passado. Segundo Traverso, a prática historiográfica exige um distanciamento, uma ruptura com o passado – pelo menos na concepção dos contemporâneos – que se dá a partir da consciência de fraturas simbólicas advindas, em grande medida, de eventos políticos. Esse distanciamento corresponderia a premissa essencial que possibilitaria a historicização: a perspectiva histórica do passado. Segundo ele, só a partir dessa tomada de distância e de consciência que é possível a acumulação de premissas materiais de investigação, sobretudo a abertura de arquivos (p.50). Sobre a memória, o autor segue as orientações de Henry Rousso para quem a apreensão da memória se dá por etapas: primeiro um acontecimento marcante que às vezes pode

passar por uma viragem e ocasionar um trauma; depois uma fase de recalçamento que é seguida pela anamnese que pode converter-se em obsessão memorial. O autor indica como a produção historiográfica segue, grosso modo, esse percurso da memória alcançando o ápice da produção no momento da fase de obsessão. Para o caso brasileiro, podemos perceber essa relação da obsessão memorial e produção historiográfica quando olhamos para a atual discussão em torno da ditadura civil-militar. O autor também chama atenção de que a visibilidade de uma memória depende da força institucional que a sustenta, podendo se falar em “memórias fortes” e “memórias fracas”, e como existe uma interação entre “memórias fortes” e escrita da história.

O terceiro capítulo, intitulado “O historiador entre juiz e escritor”, discute de forma pormenorizada a produção fílmica de Claude Lanzmann sobre o holocausto (*Shoah*) e suas relações com o relativismo radical de Hayden White, pois Lanzmann queria substituir a experiência do holocausto pela produção discursiva que o seu filme instituiu. Ou seja, substituir o acontecimento pela memória e relato do acontecimento. Apesar disso, segundo o autor, o filme produzido na década de 1980 foi essencial para a integração do genocídio judeu na consciência histórica do mundo ocidental e para a integração do testemunho como fonte de conhecimento histórico. Traverso traz também para debate o tema da relação entre justiça e história, tão em voga no nosso contexto brasileiro atual, sobretudo com a instituição a Comissão da Verdade, e alerta para os vínculos problemáticos da tendência crescente de uma leitura judiciária da história na qual os historiadores por vezes são chamados para “testemunhar”, para clarificar o contexto histórico dos fatos em julgamento, diante de um tribunal, o que coloca questões de ordens ética e epistemológica.

No quarto capítulo, “Usos políticos do passado”, o autor se pergunta se é possível fazer um uso crítico da memória (algo que ele já vem abordando ao longo dos capítulos anteriores) e foca na análise das comemorações do sexagésimo aniversário de libertação de Auschwitz como momento que fornece material abundante para reflexão. No evento participaram dezenas de chefes de Estado como Tony Blair e Sílvio Berlusconi e revelou, segundo o autor, um mau uso da memória, pois foi submetida a função apologética da atual ordem mundial.

Os dois últimos capítulos destoam um pouco da proposta do livro talvez por terem sido provenientes de outras discussões. O quinto capítulo, intitulado “O dilema dos historiadores alemães”, foi proveniente de uma comunicação realizada numa jornada de estudos, na França, intitulada *Fascismo, nazismo, comunismo: debates e*

*controvérsias historiográficas na Alemanha e em Itália* em 2002 e discute como no debate alemão a emergência de uma consciência histórica em torno do nazismo tem levado ao ostracismo, no campo historiográfico, a noção de fascismo, por ser abrangente e servir para outros contextos. Nesse sentido há um esforço de se singularizar conceitualmente a experiência de Auschwitz. Já o último capítulo, “Revisão e revisionismo”, é uma versão de outra comunicação apresentada num colóquio igualmente realizado na França em 2002, cuja discussão se pauta sobre usos dos termos “revisão” e “revisionismo” e como esse último assumiu ao longo do século XX diferentes e contraditórios significados, inclusive sendo utilizados pelos negacionistas das câmaras de gás.

Em alguns momentos da obra seria interessante trazer ilustrações de imagens às quais o texto se refere e comenta (p. 56, 94 e 121), embora reconheçamos que isso talvez encarecesse um pouco a publicação da obra. Outra ausência desconcertante é quando chegamos ao final do sexto capítulo e não encontramos um texto seguinte, mesmo que breve, que faça considerações finais das ideias desenvolvidas ao longo dos ensaios.

Apesar dessas observações considero esse livro um relevante trabalho que se confrontou com os desafios que a memória coloca à história e os usos públicos do passado de forma clara e proveitosa, sugerindo caminhos de análise e armadura teórica e metodológica de como abordar essas questões. Não obstante as discussões centrarem-se no caso alemão do holocausto (*Shoah*), o livro pode ser recomendado para todos aqueles que se interessam pelos debates sobre a memória e dos seus usos (e “abusos”), especialmente àqueles que se interessam pelas discussões contemporâneas em torno das ditaduras na América Latina, notadamente a brasileira, por estarem atreladas a uma demanda social (e memorial) de reconhecimento.